

CORREIO PAULISTA

Divulgação Governo de SP



Grupo distribuía eletrônicos em esquema de lavagem

Dark Trader: R\$ 1,1 bilhão em lavagem de dinheiro

A Polícia Civil de São Paulo, com o Ministério Público e a Sefaz-SP, realizou operação contra esquema de lavagem de dinheiro de um grupo de distribuição de eletrônicos. As vendas eram feitas por uma plataforma principal, mas pagamentos iam para empresas de fachada e notas fiscais eram emitidas por terceiros para ocultar receitas. Em sete meses, o sistema movimentou ao menos R\$ 1,1 bilhão, gerando discrepância patrimonial. A Justiça determinou o sequestro desse valor e já bloqueou cerca de R\$ 25 milhões em imóveis de luxo, veículos e contas em nome de “laranjas”, alguns ligados a facções. Foram cumpridos 20 mandados de busca e três prisões em SP e SC, com apoio de policiais e auditores fiscais estaduais.

Delegacias reabertas no Estado

São Paulo reinaugurou as instalações do 16º Distrito Policial e da 2ª Delegacia de Defesa da Mulher, na Avenida Onze de Junho, na Vila Clementino. As unidades passaram por obras de modernização que somaram investimento de R\$ 3,6 milhões do Estado, com foco na melhoria da estrutura, da acessibilidade e da qualidade do atendimento à população. Durante as obras, os atendimentos foram mantidos em unidades de apoio na região.

Divulgação/Governo de SP



O Governo ampliou as ações de proteção às mulheres

Segurança para mulheres no Carnaval

O Estado vai reforçar, pela primeira vez, a segurança para mulheres no Sambódromo do Anhembi durante o Carnaval com o Ônibus SP Por Todas e uma unidade móvel da Delegacia de Defesa da Mulher. Os veículos atenderão casos de assédio e violência, prestarão orientação e poderão registrar boletins de ocorrência durante os desfiles. O espaço funciona como ponto de acolhimento com atendimento humanizado e encaminhamento aos serviços de proteção do Estado, integrado ao Protocolo Não Se Cale, que busca garantir resposta rápida às vítimas.

Novo diretor-presidente da Arsesp

A Comissão de Infraestrutura da Alesp aprovou por unanimidade o nome indicado pelo governador para a presidência da Arsesp, e Diego Domingues assumirá o cargo. A agência regula serviços de energia, gás e saneamento no estado, incluindo Enel SP e Sabesp. Domingues afirmou que atuará com rigor técnico e pretende ampliar o uso de tecnologia para monitorar serviços.

Carnaval Legal

O TJSP lançou a campanha Carnaval Legal 2026 nas redes sociais para prevenir crimes na folia. A orientação é respeitar o consentimento: toques sem permissão são assédio ou importunação sexual. Racismo e LGBTfobia são crimes. Em caso de violência, a vítima deve pedir ajuda imediatamente.

Carnaval Legal II

A campanha também alerta para furtos e golpes: evitar dinheiro em excesso, cuidado com cartão e apps bancários. Haverá drones, torres de vigilância, policiais e reconhecimento facial. Crimes podem ser denunciados nas tendas da PM ou pelos telefones 190, 180, 100 e 181, disponíveis durante toda a folia.

IPVANET

A Sefaz-SP lançou o novo Portal de Serviços de Veículos, substituindo o IPVANET. A plataforma reúne consultas em uma única página e reforça a segurança, evitando sites falsos e protegendo dados dos contribuintes, especialmente no período de pagamento do IPVA 2026 e de maior acesso ao sistema.

TEA Paulista

O Centro TEA Paulista fará o “Baile da Alegria Inclusiva”, com atividades de Carnaval adaptadas a pessoas no espectro, como oficina de máscaras, pintura facial, brincadeiras e desfile de fantasias. Não haverá competição, para garantir inclusão e bem-estar aos atendidos e seus familiares durante toda a programação festiva.

Acordo Paulista

Mutirões do Acordo Paulista aconteceram em unidades do Poupatempo da capital, Campinas, Bauri e Ribeirão Preto, renegociando mais de R\$ 218 milhões em dívidas. Até 27 de fevereiro, débitos como ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon podem ser parcelados online, com descontos de até 75% e até 120 parcelas.

Exporta SP

Empresários que buscam expandir os negócios para o exterior encontram suporte gratuito da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O programa oferece cursos online e gratuitos. As inscrições para a próxima turma vão até o dia 13 de fevereiro.



Dino suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais

TJSP recorre ao STF contra suspensão de penduricalhos

Julgamento da decisão do ministro Flávio Dino será dia 25

Por Agência Brasil

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) recorreu, nesta quarta-feira (11), ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para derrubar decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais nos Três Poderes, benefícios concedidos a servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Na semana passada, Dino concedeu liminar para determinar que as verbas indenizatórias que não têm base legal devem ser suspensas no prazo de 60 dias.

No recurso, o TJSP alegou que o pagamento não pode ser suspenso antes de o Congresso aprovar regras para definir quais verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional- R\$ 46,3 mil conforme determinado pelo ministro.

“Antes do decurso de prazo razoável a ser assegurado ao legislador para a adoção das medidas legislativas necessárias à regulamentação definitiva pendente não se mostra adequado estabelecer disciplina substitutiva geral, ou seja, não é possível à Suprema Corte, mediante decisão aditiva, fixar o regramento aplicável”, argumentou o TJSP.

O tribunal também defendeu a autocontenção do Supremo para julgar o caso.

Parcelas indenizatórias

“A suspensão generalizada de parcelas indenizatórias, antes da lei ordinária nacional prevista na Constituição, pode gerar assimetria federativa, comprometer irremediavelmente a administração da justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica”, disse o TJSP.

O plenário do Supremo Tribunal Federal marcou para o dia 25 de fevereiro o julgamento definitivo da decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos.

Associações recorrem

Além do Tribunal de Justiça paulista, entidades que representam magistrados, promotores, defensores públicos e membros de tribunais de contas também pediram ao STF a manutenção dos pagamentos. As associações argumentam que as verbas possuem respaldo legal ou estão previstas em normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, não configurando irregularidade. O pedido foi apresentado após a liminar que determinou a suspensão, em até 60 dias, de benefícios sem base legal nos Três Poderes. As entidades também solicitaram participação formal no processo. O julgamento do dia 25 de fevereiro deverá unificar o entendimento da Corte.